

GDF pode retomar área invadida no Lago

Marco Túlio Alencar

Arnildo Schulz

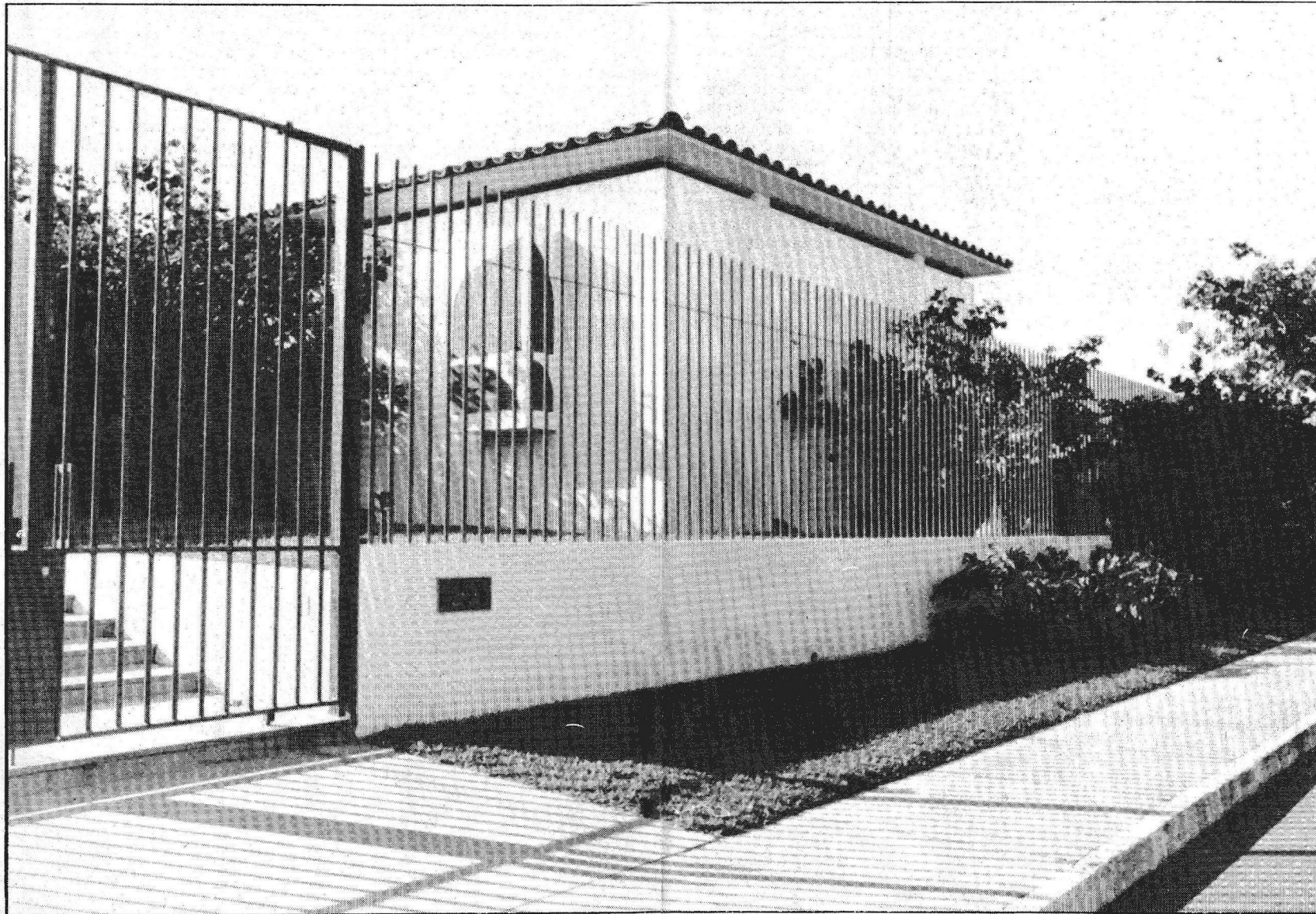
As 12 mansões localizadas na Península dos Ministros pertencentes ao Governo Federal e postas à venda em licitação pública poderão perder parte de suas áreas onde estão construídas churrasqueiras e quadras de esporte, ou ter piscinas aterradas, por encontrarem-se localizadas em área pública de forma irregular. Na próxima terça-feira uma comissão integrada por representantes do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), do governo do Distrito Federal, irá ao local examinar as residências. Após a verificação, a situação será apresentada ao Conselho que pode decidir pela regularização ou demolição dos equipamentos instalados.

Para a venda dos imóveis é necessário solicitar do governo um parecer sobre a situação dos terrenos. Quando a Secretaria de Administração do Governo Federal pediu ao GDF essa documentação, os fiscais observaram que diversos equipamentos estavam fora da área do terreno original das mansões. Há o caso de duas residências na QL 12, localizadas no lote 08, conjunto 14; e lote 04, conjunto 13, respectivamente, que estão totalmente fora da área de construção prevista inicialmente. Foi verificado ainda que diversas casas pertencentes a particulares também encontram-se na mesma situação.

Adaptação

O Departamento de Urbanismo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do GDF verificou ainda que todas as cercas que delimitam as mansões e várias outras residências da Península invadem área pública. "Há diferenças entre o que diz a escritura e real posição dos equipamentos construídos", apontam os conselheiros. Para fiscalizar a área, na próxima semana, os integrantes da comissão deverão se utilizar de um helicóptero, para reconhecimento da posição das casas em comparação com o mapa, e em seguida visitar cada uma das mansões. As residências de particulares serão visitadas em uma fase posterior.

"Não se pode abrir precedentes em relação à fiscalização, pois se continuar a existência de construções irregulares no local, os proprietários podem argumentar que têm os mesmos direitos e continuar com as obras irregulares", acredita Romerito Valle de Aquino, um dos integrantes da comissão. Após a visita "in loco", o Cauma apreciará no próximo dia 3 de julho a situação das residências e votará pela



Inspetores identificarão as mansões oficiais e particulares que invadem área pública na Península dos Ministros

manutenção dos equipamentos construídos ou pela sua demolição.

Prazo

Caso os conselheiros optem pela regularização, o governador Wanderley Vallim terá que enviar um projeto de lei ao Senado, porque trata de desafetação de área pública do DF, que precisa se basear na lei de parcelamento do solo. A Secretaria de Administração da União tem até o dia 12 de julho para efetivar a venda das mansões, e os conselheiros esperam estar com a decisão até essa data. "Se houver necessidade de reformulação das habitações, o nosso cuidado será para manter a mesma área de cada uma delas. O tamanho da área não sofrerá acréscimo, o que vai haver é uma acomodação", garante Ivelise Longhi, diretora do Departamento de Urbanismo.